



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

Parecer nº 865/2022 – G3P

Brasília/DF, 15 de setembro de 2022

| | |
|-----------------------|--|
| Processo nº | 224717/2019-e |
| Jurisdicionada | Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF |
| Assunto | Admissão de Pessoal |
| Ementa | <p>1. Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, regulado pelo Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20.12.2019. Decisão Liminar 1/2020 – P/AT (Peça 3), referendada pela Decisão nº 12/2020 (Pela 7): diligência. Cumprimento de diligência. Decisão nº 2.042/2020 (Peça 16): cumprimento de diligência e acompanhamento do certame. Acompanhamento do certame. Juntada de editais, inclusive do resultado final.</p> <p>2. Unidade Técnica pugna pelo conhecimento da documentação juntadas aos autos e arquivamento.</p> <p>3. Parecer convergente.</p> |

Tratam os autos de exame do Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20.12.2019, que divulga concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF.

2. Em sua última deliberação, Decisão n.º 2.042/2020 (Peça 16), a Corte deliberou por:

“I – tomar conhecimento do expediente consubstanciado na peça nº 8, encaminhado pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal - PGDF, bem como dos editais de peças nºs 9/11, considerando



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

*cumprida a diligência determinada pela Decisão Liminar nº 01/2020
– P/AT, referendada pela Decisão nº 12/2020;*

*II – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para acompanhamento
do certame”.*

3. Nesta assentada, por meio da Informação nº 150/2022 – DIFIPE3 (peça 28), o corpo instrutivo, dando continuidade ao acompanhamento do certame, juntou aos autos os editais de Peças 19 a 26, relativos a fases intermediárias do concurso, bem como o Edital nº 14/2022 (Peça 27), publicado no DODF de 25.2.2022, que divulgou o resultado final, devidamente homologado, do concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico e de Técnico Jurídico, nos quais não foram detectadas irregularidades.

4. Por fim, informou que as admissões decorrentes do presente concurso público serão analisadas em autos próprios, conforme sistemática estabelecida pela Resolução nº 276/2014.

5. Ao final, a área técnica sugeriu ao plenário:

“I – tomar conhecimento dos editais que integram as Peças 19 a 27, em especial do Edital n.º 14 – PGDF, publicado no DODF de 25.2.2022, que divulgou o resultado final, devidamente homologado, do concurso público para o provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de Analista Jurídico (várias especialidades) e de Técnico Jurídico (várias especialidades), da Carreira Apoio às Atividades Jurídicas da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, regulado pelo Edital nº 1 – PGDF, publicado no DODF de 20.12.2019;

II – autorizar o arquivamento dos presentes autos.”

6. Os termos da mencionada Instrução foram acolhidos pelo Diretor da DIFIPE3 e pelo Secretário de Controle Externo (peça 29) e encaminhados pelo Ilustre Conselheiro Relator, por meio do Despacho Singular nº 313/2022 – GCMM (peça 30).

7. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

8. Sobrevindo a homologação do resultado final do concurso (peça 27, p. 13) sem diligências pendentes e sem que tenham sido detectadas irregularidades, tal qual certificado pela Sefipe (peça 28), entendo que os presentes autos possam ser arquivados, sem prejuízo da oportuna apreciação das admissões



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

decorrentes do certame, conforme estatuído no art. 1º, III, da Lei Orgânica desta Corte.

9. Diante do exposto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal, **opina pelo acolhimento das sugestões emanadas da Área Técnica,**

É o parecer.

DANILO MORAIS DOS SANTOS
Procurador